

Facilidades para desmatar a Mata Atlântica

Projeto de lei em debate numa comissão da Câmara dispensa o EIA/Rima e municipaliza as decisões

Regina Scharf
de São Paulo

Vai a votação hoje, na Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados, polêmico substitutivo do deputado Paulo Bornhausen (PFL-SC), que poderá reduzir consideravelmente as restrições à ocupação de áreas de Mata Atlântica, uma formação encontrada em 17 estados e que já recobriu 1,12 milhão de quilômetros quadrados do País. Hoje, entretanto, ela não ocupa mais do que 8% de sua área original.

A proposta modifica projeto de lei do deputado Fábio Feldmann - hoje secretário de Meio Ambiente do Estado de São Paulo -, que visa regulamentar o Decreto 720, baixado em 1993 pelo então presidente Itamar Franco. Tanto o decreto quanto o projeto de Feldmann propõem restrições quase totais ao desmatamento de florestas primárias (intocadas) e sujeitam a ocupação de matas secundárias a uma série de exigências, como a realização de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e a consulta ao Conselho Nacional do Meio Ambiente.

A proposta de Bornhausen prevê que a autorização do corte raso de matas secundárias saia das instâncias estaduais e federais e passe para conselhos municipais, compostos por governo, empresas e sociedade civil, dispensando o EIA. Isto valeria, por exemplo, para o pequeno agricultor que dese-

jasse promover o corte raso para ampliar a área cultivada. Ou então para a promoção de uma obra "de utilidade pública ou interesse social" em perímetro urbano.

O substitutivo tem recebido uma saraivada de críticas de ambientalistas, que consideram arriscado transferir o poder de decisão para os municípios - onde interesses econômicos poderiam prevalecer - e absurdo facilitar ainda mais o desmatamento. "Os ecologistas têm preconceito contra o município e acham que só eles entendem do assunto, mas isso não é verdade", defende Bornhausen, para quem a mudança da instância de decisão não reduz, em nada, o poder fiscalizatório.

As críticas também se estendem à forma como a questão tramita pela Câmara. Os ambientalistas questionam a razão de se retardar



Paulo Bornhausen

o envio ao Senado de um projeto que já se arrasta desde 1995, que foi discutido à exaustão e aprovado por unanimidade pela Comissão de Meio Ambiente.

"A aplicação estrita do decreto, como ocorreu no estado de Santa

Catarina, pode reduzir consideravelmente o ritmo da devastação", considera o ambientalista João Paulo Capobianco, membro do conselho da Fundação SOS Mata Atlântica. A entidade divulgou ontem dados atualizados sobre o desmatamento nos estados de Santa Catarina e Espírito Santo, que apresentam quadros diametralmente opostos. Santa Catarina, que ainda conserva 21% das florestas da época do descobrimento, perdeu 70 mil hectares entre 1990 e 1995, sobretudo nas manchas de Mata de Araucária. Entretanto, o ritmo de desmatamento caiu para 4,06%, em contraste com os 5,36% verificados nos cinco anos anteriores.

Já o estado do Espírito Santo, que detém, na região de São Mateus, a maior biodiversidade mundial de árvores por hectare, o

quadro é ainda mais crítico. O estado guarda apenas 10% de sua cobertura vegetal original. Apesar disso, o ritmo de desmatamento continua a crescer. Nos

cinco primeiros anos da década, desapareceram 7,84% da vegetação que existia em 1990, num ritmo quase duas vezes maior do que o dos cinco anos anteriores.

11/07/97
Lu B
A-7